



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1009267-38.2018.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificação de Incentivo**
Requerente: **Claudia Maria da Silva**
Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Dispensado o Relatório, na forma do artigo 38 da Lei nº 9.099/95.

Fundamento e decido.

Com relação a suspensão processual já houve o julgamento do IRDR. No mais será observada a prescrição quinquenal.

É possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

A ação é parcialmente procedente.

O Prêmio de Incentivo foi instituído pela Lei Estadual nº 8.975/94, alterada pelas Leis 9.185/95 e 9.463/96, àqueles servidores públicos em exercício na Secretaria da Saúde e nas autarquias a ela vinculadas, sob certas condições específicas, com o objetivo de aprimoramento da qualidade dos serviços.

Todavia, o Decreto Estadual nº 41.794/97 alterado pelo Decreto nº 42.955/98, regulamentou a matéria e estabeleceu que metade do valor do prêmio deve ser destinado aos seu pagamento (50%) e o restante sujeita-se à avaliação individual (20%) e institucional (30%). Nesse contexto, parte do Prêmio de Incentivo (PI) **1009267-38.2018.8.26.0037 - lauda 1**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

é de caráter genérico e parte possui raiz causal.

Desta forma, apenas o percentual pago de forma genérica e permanente deve integrar o ganho das autora, inclusive na base de cálculo do décimo terceiro salário, adicional de férias, férias, sexta parte e adicional por tempo de serviço.

Assim, com o julgamento do IRDR 0056229-24.2016.8.26.0000, foi fixada a tese jurídica sedimentando o tema:

“INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Prêmio de Incentivo Leis Estaduais n° 8.975/94, 9.185/95 e 9.463/96 e Decreto n° 41.794/07 Tese firmada: Inclusão de 50% do valor do prêmio de incentivo no cálculo do 13º salário, férias, terço constitucional de férias, quinquênio e sexta parte Possibilidade Vantagem de caráter permanente, que integra a remuneração do servidor Aplicação no caso concreto: Sentença de procedência parcialmente reformada Reexame necessário e recurso voluntário parcialmente providos.

Nesse sentido:

"SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PRÊMIO DE INCENTIVO instituído pela Lei Estadual nº 8975/1994, por prazo determinado, prorrogado pelas Leis 9185/1995 e 9463/1996. Inclusão de somente 50% do valor do prêmio de incentivo no cálculo do 13º salário, férias, terço constitucional de férias, quinquênio e sexta parte. Tese firmada no IRDR nº 0056229-24.2016.8.26.0000. Sentença parcialmente reformada. RECURSO da FESP PROVIDO EM PARTE, para determinar a aplicação da Lei nº 11.960/09 quanto aos juros de mora. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO EM PARTE para determinar a aplicação da tese firmada no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas" (TJSP, Apelação/Reexame Necessário nº 1038404-22.2015.8.26.0053, rel. Des. ISABEL COGAN, 12ª Câmara de Direito Público, j. 07.02.2018.

"Apelações e Reexame Necessário – Servidor Público vinculado a Secretaria da Saúde – Prêmio de Incentivo – LC 8.975/94 – Parte variável do referido prêmio que não pode ser incluída na base de cálculo do 13º salário e do terço de férias, mas somente a parte fixa – Base de cálculo de 50% do prêmio de incentivo – Instauração do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR (processo nº. 0056229-24.2016.8.26.0000) no TJSP, nos termos do artigo 976 e seguintes do CPC (vigente), para decidir definitivamente sobre a natureza do Prêmio de Incentivo - O acórdão do referido incidente foi publicado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

em 14/11/2017, fixando a tese jurídica da incidência de 50% do Prêmio de Incentivo na base de cálculo do Quinquênio, da Sexta-Parte, do 13º salário e do terço de férias, com a seguinte ementa: "Por maioria de votos, fixaram a tese jurídica da incidência de 50% do valor pago do Prêmio de Incentivo - parte fixa - sobre os adicionais temporais, terço de férias e décimo terceiro salário e aplicando esse entendimento ao caso concreto, verifica-se que a sentença de Primeiro Grau deve ser parcialmente reformada, razão pela qual, desta vez por unanimidade, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO E AO RECURSO DE APELAÇÃO" – Lei 11.960/09 - Necessidade de observância aos novos critérios definidos pelo C. STF - Aplicação do Tema nº 810-RE nº 870.947 - Precedente desta E. 11ª Câmara de Direito Público - Sentença de parcial procedência mantida, todavia, alterada apenas em relação à aplicação da Lei 11.960/09 (Tema 810 – STF) - Recursos oficial e voluntários parcialmente providos tão somente em relação à aplicação da Lei 11.960/09 (Tema 810 - STF)" (TJSP; Apelação / Remessa Necessária 1035201-18.2016.8.26.0053; Relator (a): Marcelo L Theodósio; Órgão Julgador: 11ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 5ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 17/08/2018; Data de Registro: 17/08/2018).

Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação para o fim de determinar que a requerida inclua o valor de 50% do prêmio de incentivo no cálculo do décimo terceiro salário, terço constitucional de férias, férias, sexta parte e adicional por tempo de serviço, da autora, apostilando-se. Condeno a requerida, ainda, ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas, com atualização monetária desde a data em que as parcelas forem devidas e juros de mora, desde a citação, respeitada a prescrição quinquenal, aplicando-se o artigo 5º da Lei n.º 11.960/09, nos termos do Recurso Especial nº 870.947.

Sem condenação em custas e honorários nesta fase judicial, conforme artigo 55 da Lei 9.099/95.

Sentença não sujeita a reexame necessário (art. 11 da Lei 12.153/2009).

P.I.C.

Araraquara, 19 de outubro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

1009267-38.2018.8.26.0037 - lauda 3